

Sem parâmetros, Suzano desiste até da elaboração de um orçamento financeiro

Pela primeira vez desde que foi fundada, a Companhia Suzano de Papel e Celulose, uma das maiores do setor, com faturamento anual de US\$ 300 milhões (Cz\$ 4,2 bilhões), não elaborou orçamento financeiro para 1987. Seu Vice-Presidente, Boris Tabacof, diz que a companhia desistiu da idéia de fazer orçamento ou projeções sobre o comportamento do índice inflacionário no próximo ano porque não existem parâmetros concretos sobre qual será o desempenho da economia brasileira nos próximos meses.

— Da forma como estão as coisas, o melhor é simplesmente não fazer nada. As mudanças na economia brasileira estão sendo realizadas num ritmo acelerado e não adianta pretender fazer projeções em cima de indicadores que, no prazo de semanas, podem variar violentamente. Se, por exemplo, a Suzano decidisse prever a taxa de inflação baseada nos níveis dos juros no mercado financeiro, então seríamos obrigados a fixar um índice explosivo, o que também não é realístico.

Mais ousado, o Diretor Financeiro da Agroceres, Keiler Carvalho Rocha, estima que a taxa de inflação deverá ser superior a 100 por cento no próximo ano. Para ele, é muito difícil, hoje, pretender determinar o nível da inflação, pois considera que existem diferentes patamares, conforme a atividade produtiva da empresa.

O mesmo raciocínio faz o Vice-presidente da área financeira do Grupo Gradiente, Getúlio Arrigo. A taxa de inflação com que a Gradiente está trabalhando para o próximo ano é da ordem de 40 por cento, mas Arrigo faz questão de observar que considera esse número baixo. Na sua opinião, tudo dependerá da evolução das variáveis, principalmente na área externa, nos primeiros meses de 1987. Segundo ele, não há dúvida de que um dos principais responsáveis pela pressão inflacionária brasileira é o déficit público e, para "tapar o buraco" o Governo pressiona as taxas de juros no mercado financeiro.

No entanto, as medidas do Cruzado II proporcionarão substancial aumento de receita para o Governo, o que permitirá que, de forma gradual, o Banco Central deixe de pressionar o mercado, provocando queda nas taxas de juros. Além disso, o Vice-presidente da Gradiente acredita que o País terá uma excelente safra agrícola no próximo ano, o que permitirá que os preços dos produtos pressionem a inflação ao mesmo tempo em que o Governo não terá de importar alimento na mesma quantidade deste ano, estimada em US\$ 1,5 bilhão.

A grande incógnita, salienta Arrigo, é a área externa. No seu entender, se o Governo brasileiro conseguir fechar um acordo para a renegociação da dívida externa com



o Clube de Paris, e com os bancos credores, obtendo também dinheiro novo irá tudo bem. Mas o executivo não descarta a hipótese de a comunidade financeira internacional apenas fazer a rolagem provisória dos débitos do Brasil, sem reescalonamento do principal da dívida e sem entrada de novos empréstimos. Diante desse quadro, diz Arrigo, o Governo certamente será obrigado a anunciar a centralização das operações de câmbio pelo Banco Central, para evitar a "queima" ainda maior das nossas reservas cambiais.

Esse mesmo cenário é também tra-

cado pelo Diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Walter Saccá. Para ele, é quase certo que o Governo vai centralizar as operações de câmbio no primeiro semestre de 87. O Diretor da Fiesp não gosta de arriscar previsão sobre a taxa de inflação, pois considera que ela será definida nos próximos 90 dias, período necessário para que as medidas do Cruzado II surtam efeito e promovam o desaquecimento da Economia. Apesar disso, Dacca acredita que o Produto Interno Bruto (PIB) de 1987 será de cinco ou seis por cento.